

O cuidado dado ao adulto com autismo na Rede de Saúde Mental

The care given to adults with autism in the Mental Health Network

Ariel Mercya Barros¹

Rafhael Pereira de Souza Gomes²

Thalita Borges Ferreira³

Guilherme Augusto Duarte da Silva⁴

RESUMO

Esta revisão bibliográfica buscou compreender como se dá o cuidado ofertado pela Rede de Saúde Mental à adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para isso, considera-se a produção da loucura na Europa durante a Idade Média até o atravessamento desta questão no campo sanitário brasileiro, de forma a contemplar o movimento antimanicomial e a criação do SUS, que se estabeleceu no Brasil a Rede de Atenção psicossocial (RAPS), oferecendo como um dos serviços estratégicos da Rede os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Estes equipamentos são destinados ao acolhimento e tratamento de pessoas com autismo. Por meio de uma revisão literária nas plataformas de busca BVS, CAPES Periódicos e SciELO e utilizando como descritores Autismo, Cuidado e Saúde Mental e com a utilização dos critérios de inclusão e exclusão, identificou-se 12 artigos que pontuam sobre o cuidado ofertado pela Rede a pessoas com autismo. A partir disso, observou-se que existe pouca literatura focada no tratamento ofertado aos adultos com autismo e que a maioria coloca o CAPSi como o único equipamento preparado para atender essa demanda. Conclui-se que, a partir dos descritores e periódicos utilizados, foram encontrados poucos artigos que discorrem sobre o cuidado ao adulto com autismo na Rede.

Palavras chaves: Autismo; Cuidado; Saúde Mental.

ABSTRACT:

This literature review sought to understand how the care offered by the Mental Health Network to adults with Autism Spectrum Disorder (ASD) is given. For this, we consider the production of madness in Europe during the Middle Ages until the crossing of this issue in the Brazilian health field, in order to contemplate the anti-asylum movement and the creation of the SUS, which was established in Brazil the Psychosocial Care Network (RAPS), offering as one of the strategic services of the Network the Psychosocial Care Centers (CAPS). These facilities are intended for the reception and treatment of people with autism. Through a literature review in the search platforms VHL, CAPES Periódicos and SciELO and using as descriptors Autism, Care and Mental Health and using the inclusion and exclusion criteria, we identified 12 articles that score on the care offered by the Network to people with autism.

¹ Graduanda em Psicologia no Centro Universitário de Várzea Grande;

² Graduando em Psicologia no Centro Universitário de Várzea Grande;

³ Graduanda em Psicologia no Centro Universitário de Várzea Grande;

⁴ Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

From this, it was observed that there is little literature focused on the treatment offered to adults with autism and that most place the CAPSi as the only equipment prepared to meet this demand. It is concluded that from the descriptors and journals used, few articles were found that discuss the care of adults with autism in the Network.

Keywords: Autism; Care; Mental health.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Desinstitucionalização da loucura

O conceito de loucura é um constructo social que se modifica de acordo com elementos históricos, culturais, geográficos e sociais, principalmente na forma como estes aspectos interferem no processo de saúde-doença, atravessando o imaginário social e contribuindo diretamente na percepção do que seria a normalidade. Neste sentido, as áreas da saúde se tornam plurais ao não reduzir os sujeitos a somente um aspecto, mas levam em consideração as diferentes áreas de saberes (AMARANTE, 2007).

Sendo assim, historicamente, nem sempre o fenômeno foi considerado como uma doença, patologia ou disfunção. Na Grécia Antiga, por exemplo, o “delirante” era visto como um sujeito místico que falava diretamente com os deuses. Entretanto, essa forma de enxergar o dito “louco” foi modificada na antiguidade clássica, quando a loucura foi considerada como resultante de possessões demoníacas e, conseqüentemente, os sujeitos foram perseguidos e torturados pela igreja no período da Inquisição (VASCONCELOS *et al.*, 2010).

Foucault (1978), como crítica ao pensamento de Descartes, descreve o processo de higienização social presente na história da loucura, no evento que denominou “A Grande Internação”, denominação correspondente ao processo de enclausuramento em massa dos “loucos” nos hospitais da Europa, ocorrido no século XVII. Em outras palavras, todos os sujeitos que não produziam capital para o Estado. Nesta época, houve uma construção social da imagem da loucura associada à desrazão, marcada principalmente pela influência religiosa das instituições católicas e pelo surgimento do protestantismo e calvinismo. Tal tendência modificou a forma de se pensar a caridade e a formulação de políticas públicas sobre a pobreza, gerando estratégias de reclusão destes em locais afastados da sociedade, forçando-os a trabalhar para produzir capital ao Estado e aos hospitais. Queiroz (2009) afirma que, com o tempo, os hospitais gerais passaram a ser alvo de diversas críticas, já que a prática de internações compulsórias não combateu a pobreza ou o desemprego. Entretanto, a imagem social do louco já estava corrompida.

A partir dessa discussão, Goffman (1974) afirmou que os humanos possuem uma necessidade de organização social, em que se estabelece uma rotina de obrigatoriedade acerca de horários e atividades. Para as pessoas que não se encaixam no padrão social esperado, existe a imagem de que são incapazes de realizar qualquer atividade de forma autônoma, definidas socialmente como inferiores, vulneráveis e impossibilitadas de decidir sobre suas próprias rotinas.

Com isso, surgem as instituições totais, divididas em cinco agrupamentos: o primeiro caracteriza-se por ser um lugar de cuidado para pessoas que são vistas como incapazes, como a casa para órfãos, idosos, cegos e indigentes. O segundo se trata de um lugar para pessoas incapazes de se cuidarem sozinhas e que apresentam um risco social, como hospitais para leprosos, doentes mentais e sanatórios. O terceiro tipo tem como objetivo “proteger” a comunidade, isolando as pessoas que oferecem risco a partir de suas condutas, como cadeias, penitenciárias e campos de prisioneiros de guerra. O quarto aborda a realização de modo de tarefas e trabalhos desenvolvidos de forma específica e considerado adequado, que são os quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões. Por fim, o último agrupamento faz referência a um abrigo para aqueles que querem se isolar do mundo, como mosteiros, conventos e entre outros (GOFFMAN,1974).

Nessas instituições, o indivíduo reúne em seu cotidiano elementos que socialmente costumam ser distintos, como atividades de descanso, lazer e trabalho. Essas são realizadas em um mesmo lugar e sob o controle de uma única autoridade, que estabelece regras e indica quais atividades os sujeitos podem participar, assim como horários de entrada e saída, no mesmo padrão e de forma obrigatória. Assim, a padronização social faz com que o indivíduo perca sua autonomia e singularidade, buscando atender ao critério imposto pelas instituições, como se pode verificar no modelo manicomial (GOFFMAN,1974).

Esse mesmo modelo asilar cruzou o oceano e chegou no Brasil no século XX, a partir de profissionais da área de saúde com orientação higienista, como Juliano Moreira e Aduato Botelho. Diante disso, ocorre a criação de diversas colônias para Alienados pelo país, com o objetivo de utilizar o trabalho como meio terapêutico e com características equivalentes aos asilos de internação europeus, gerando segregação aqueles que não se encaixavam nas normas sociais vigentes (AMARANTE, 2007). Dito isso, as pessoas pretas foram as principais afetadas no Brasil, já que após a abolição da escravatura perderam serventia para a sociedade, e, por conseguinte, não obtiveram acesso a políticas públicas reparadoras de danos, enfrentando ainda uma política de embranquecimento com o objetivo de diminuir a população

negra do país. Este cenário culminou no enclausuramento em massa da população negra dentro dos manicômios e prisões (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

Foi somente após as Guerras Mundiais que a sociedade começou a refletir a respeito das condições em que alguns indivíduos eram submetidos, principalmente após os campos de concentração e o Holocausto. A partir disso, começaram a surgir as primeiras experiências de Reforma Psiquiátrica. Dentre os movimentos que se iniciaram na Europa, um que se destacou pelo seu sucesso foi a Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia, cujo início ocorreu na Itália, entendendo que o problema da chamada loucura não se resumia apenas ao tratamento desumanizado prestado nas instituições, mas na própria estrutura manicomial (AMARANTE, 2007). Neste sentido, a lógica manicomial é, para além de um local, um movimento de exclusão e segregação das vítimas dos saberes biomédicos, que ancorados na concepção de bons costumes, segregam todos aqueles tidos como irracionais, perigosos e improdutivos pela sociedade, através da utilização dos manicômios como estratégia de desculpabilização de processos sócio-históricos, através da falsa impressão de proteção e cuidado (LÜCHMANN e RODRIGUES, 2007). Decorrente disso, iniciou-se um processo de desativação dos pavilhões de forma gradual e a luta pela modificação da relação da sociedade para com as pessoas excluídas. (AMARANTE, 2007).

Após essa ação, propôs-se ainda como substituto destas instituições a criação de dispositivos de cuidado, localizados territorialmente em regiões de saúde. O serviço tinha como objetivo dar assistência, quando necessário, para indivíduos que precisavam de um cuidado especializado por conta de algum sofrimento específico, seja físico ou mental, além de fornecer oficinas terapêuticas, de música e arte, mais grupos de trabalho, levando o cuidado ao usuário. No Brasil, esse modelo foi trazido através da luta do movimento antimanicomial e da construção do Sistema Único de Saúde, com a Constituição Federal de 1988.

A luta para desativar os grandes manicômios permanece até os dias atuais, visando a substituição por dispositivos da rede dentro da lógica de território, formando assim a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que fornece atendimento e acompanhamento gratuito a toda população, levando em conta os princípios norteadores do SUS: Universalidade, Integralidade e Equidade (AMARANTE, 2007). Entre os usuários atendidos pela rede, estão incluídas as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

1.2 TEA e Saúde Mental

Camargo e Rispoli (2013) afirmam que o Espectro autista é algo amplo e as características variam individualmente, tanto no que concerne aos comportamentos quanto nas habilidades, funcionamento e necessidades. É a partir de uma avaliação que se pode identificar o suporte necessário em cada caso e assim desenvolver um processo de intervenção, buscando promover uma diversidade de habilidades sociais, comunicativas, acadêmicas ou comportamentos adaptativos. É também caracterizado por apresentar três níveis de necessidade de suporte, determinadas pela avaliação comparativa entre a idade cronológica do sujeito e o grau de desenvolvimento que este apresenta.

Ortega (2009), propõe que o termo neurodiversidade é um produto de reflexões do movimento “nada sobre nós sem nós”, que surgiu durante o século XX e tinha como objetivo discutir o conceito de deficiência na sociedade. Afirmou ainda que, a partir do momento que um grupo estigmatizado se autodeclara como deficiente, constrói para si além de uma identidade, mas um novo discurso, de celebração às diferenças que até então eram tidas como anormalidades pelos grupos dominantes. Neste caso, a recusa pelo enquadramento vem desta visão, ou seja, se a deficiência é criada culturalmente, logo, não se faz necessária uma cura, apenas a aceitação do diferente na sociedade. O autor também descreve o início dos estudos acerca do tema autismo ao longo dos anos de 1940 a 1960, sob um viés psicanalítico, que não somente remetia a uma visão negativa do sujeito, mas responsabilizava os pais por esta condição. Entretanto, após as aproximações da neurociência, os pais foram sendo desresponsabilizados e o autismo passou a ser visto como um constructo genético. Dessas discussões, surgiram dois movimentos distintos: o autismo enquanto uma neurodiversidade e enquanto uma doença a ser curada.

Ademais, devido a essa divisão, existe um posicionamento claro advindo, principalmente, de organizações de pais, que enxergam o autismo como uma doença e sua antítese, derivada de outros grupos liderados por atípicos, que defendem o TEA como uma diferença na constituição neurológica, cunhando o termo Neurodiversidade. Estes últimos enxergam a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como um instrumento de normalização da criança, em que diminui os comportamentos e características da pessoa atípica, removendo sua singularidade e os encaixando em padrões de ser e existir. Entretanto, as associações de pais criticam o movimento “anti cura”, já que muitos de seus não conseguem opinar a respeito do tratamento e, conseqüentemente, defendendo a ABA, por apresentar maiores resultados na aquisição de habilidades básicas na área social e comportamental, trazendo mais independência para o sujeito TEA (ORTEGA, 2009).

Nessa direção, a Rede deve atuar junto às pessoas com autismo seguindo o modelo antimanicomial, que responsabiliza os profissionais e demais dispositivos de saúde a promoverem estratégias de atuação que garantirão a autonomia e inclusão dos usuários na sociedade, atuando junto à família acolhendo questões remetidas ao cuidado, já que o TEA perdura por toda a vida e não possui cura, ainda que existam diversas intervenções (SELLA e RIBEIRO, 2018).

Todavia, a atuação da RAPS junto a população com diagnóstico ou hipótese de autismo é relativamente nova, já que até o século XX eram atendidos em centros educacionais, filantrópicos ou associações de pais, mesmo considerando que grande parte das pessoas com TEA não tinham acompanhamento específico (LIMA, *et al.*, 2014). Além disso, há uma discussão sobre quem deve ofertar o cuidado a esse público, se seria responsabilidade dos CAPS ou outro dispositivo especializado em atendimento ao TEA.

Sob a ótica dos pais, deve-se haver um centro especializado, na medida em que alegam que os CAPS não possuem estrutura e recursos para o cuidado. Do outro lado, há pessoas que defendem o uso dos CAPS, salientando que os pais podem não possuir uma leitura adequada do quadro, buscando a cura do TEA em terapias e técnicas para aliviar seus próprios sofrimentos (NUNES; ORTEGA, 2016). Pelas diretrizes do Ministério da Saúde, a Rede deveria fornecer formas variadas de acompanhamento aos usuários, através do Projeto Terapêutico Singular (PTS), que avalia a necessidade dos sujeitos, individualmente. Ainda assim, é um tema que precisa de mais discussões da sociedade civil organizada (FRANCO, 2017).

Sendo assim, esta pesquisa se debruça sobre a forma como se dá o processo de acolhimento, atendimento e acompanhamento de adultos diagnosticados com TEA pelas equipes multidisciplinares na Rede, visto que as estruturas oferecidas nestes dispositivos dificilmente contam com todo o aporte demandado pelos usuários e por sua rede de apoio - familiar e amigos (NUNES; KANTORSKI; COIMBRA, 2016). Partindo dessas reflexões chegamos às seguintes problemáticas de pesquisa: Como se dá o cuidado de adultos com autismo na Rede de Saúde Mental?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Identificar na literatura o processo de cuidado de adultos diagnosticados com autismo nos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as estratégias da Rede de Atenção Psicossocial no atendimento de pessoas com TEA;
- Identificar a existência de estratégias de cuidado à pessoas adultas com TEA na Rede de Atenção Psicossocial

2. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, que consiste na revisão da literatura bibliográfica, desenvolvida através de dados levantados nas plataformas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Periódicos CAPES. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa estuda o campo das ciências naturais, sociais e humanas, a fim de coletar dados, categorizar e interpretar as amostras colhidas em artigos bibliográficos, tornando-as significativas para o leitor. Souza *et al.* (2002) afirma também que a pesquisa qualitativa aborda um significado acentuado em relação às ações e relações humanas, trabalhando crenças, valores e outros significados que não podem ser medidos de forma estatística.

Foi utilizada a pesquisa exploratória, que visa refletir as questões apontadas pelos estudos, buscando construir hipóteses com o objetivo de aprimoramento de materiais já disponíveis, ao mesmo tempo em que mantém uma postura flexível diante dos diferentes aspectos relacionados aos fatores estudados. Na maioria dos casos, as pesquisas podem se dar através de pesquisas bibliográficas, em entrevistas com pessoas que passaram por experiências similares aos apontamentos e na análise das investigações que instigam maiores aprofundamentos (GIL, 2002).

O presente estudo foi executado por meio da revisão de literatura sobre os assuntos supracitados. Ademais, Espírito Santo (1992) acrescenta que a revisão de literatura é uma parte importante do processo de investigação, sendo assim novas pesquisas trabalham a partir de pesquisas anteriores e assim pode se construir um significado universal. A revisão bibliográfica é primordial na construção do trabalho utilizado para levantar dados, assim como na descrição e composição de conhecimento acerca do tema. Souza e Diesel (2008) também afirmam que podemos ainda destrinchar o conteúdo selecionado observando o que há em comum e o que diverge, para responder os objetivos da pesquisa e corroborar ou não as hipóteses.

Neste sentido, os descritores usados foram “Autismo”, “Cuidado” e “Saúde Mental”, definidos a partir da delimitação do objeto do estudo, e combinados pelo operador do periódico AND. Como critério de inclusão, foi delimitada a utilização de: 1. pesquisas voltadas à discussão do cuidado na Rede de Saúde Mental; 2. publicações nos últimos 10 anos; 3. artigos que estejam disponíveis em português. Também foram aplicados como critérios de exclusão: 1. artigos que não estão disponíveis na íntegra; 2. publicações que não tenham o autismo como enfoque principal; 3. publicações que não são referentes ao atendimento no Brasil.

3. RESULTADOS

A partir dos descritores citados, foram obtidos os seguintes resultados: 06 artigos na plataforma do SciELO, 27 artigos no BVS e 13 artigos no Periódicos CAPES, totalizando ao todo 41 artigos.

Tabela 1: Quantidade de artigos por periódico

Periódicos	Quantidade de artigos encontrados
SciELO	06
BVS	22
Periódicos CAPES	13

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Mediante a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão descritos acima, foram identificados 12 artigos ao todo. Estes foram organizados em tabelas e subdivididos em 6 colunas: a primeira sobre os autores que trabalharam na construção da pesquisa e o ano de publicação do mesmo; a segunda se trata do local de publicação; a terceira trata-se do título; a quarta descreve a base de dados que a publicação foi encontrada; na quinta coluna descreve-se os principais tópicos discutidos. Por fim, a última coluna descreve os cuidados dados às pessoas adultas com TEA e quais as possíveis intervenções utilizadas.

Tabela 2: Caracterização dos artigos, segundo as bases de dados, ênfase abordada e descrição de cuidados às pessoas adultas com TEA

Autoras	Local de publicação	Título	Base de dados	Ênfase abordada (Principais tópicos)	Descrição dos cuidados às pessoas adultas
Andrada, Bárbara Fonseca da Costa Caldeira de (2017)	Rio de Janeiro	Sentidos e desafios do autismo para o território: um estudo etnográfico	BVS	Apresenta a história de origem de autismo, o debate sobre as formas de cuidados na Rede de Saúde Mental, e a luta dos pais por centros especializados para atendimento a pessoas com autismo.	Aborda de forma breve a dificuldade dos CAPSi de encaminhar para os CAPS quando adultos, pois no CAPS citam que não têm formação adequada para acolhê-los.
Feldman, Clara (2017)	Rio de Janeiro	Entre a clínica ampliada e a clínica especializada: um estudo etnográfico sobre os cuidados à pessoas com autismo na atenção psicossocial	BVS	Conta o processo de transição do modelo manicomial para o modelo antimanicomial no Brasil, e sobre como o autismo é cuidado principalmente no CAPSi e da dificuldade de encaminhar os pacientes em fase adulta para os CAPS	Aborda a forma como os profissionais do CAPS não se sentem preparados para o atendimento a clientela adulta, e dos receios dos pais, pois no CAPSi os grupos terapêuticos são divididos por faixa etária/diagnóstico similares, e os CAPS não têm esse tipo de divisão, o que pode causar um desconforto aos usuário TEA.
Lima <i>et al.</i> (2017)	Rio de Janeiro	Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro	SciELO	O artigo apresenta e discute dados referentes a perfil psicossocial e projetos terapêuticos para usuários com autismo e seus familiares, em CAPSi situados na região metropolitana do Rio de Janeiro. Através de um estudo descritivo, quantitativo, baseado em questionários enviados a 14 CAPSi em 2011	Aborda de forma breve informações sistematizadas sobre o tratamento oferecido a pessoas com autismo na faixa dos 10 aos 21 anos como um grupo, já que ocorre a divisão de grupos de acordo com faixa etária.
Bruno Diniz Castro de Oliveira <i>et al.</i>	Rio de Janeiro	Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação	SciELO	Analisar as divergências apresentadas pelas partes interessadas no processo atual de formulação da política	Não consta

(2017)				pública para o autismo no Brasil. Utilizando como metodologia análise documental de duas cartilhas institucionais, lançadas em 2013 pelo Ministério da Saúde, sobre a assistência ao autismo no Sistema Único	
Lima, Rossano Cabral <i>et al.</i> (2014)	Rio de Janeiro	Indicadores sobre o cuidado a crianças e adolescentes com autismo na rede de CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro	SciELO	Neste artigo através de grupos focais de trabalhos, os pesquisadores em conjunto com os entrevistados que foram profissionais que atuam nos CAPSi, construíram indicadores de como anda o cuidado ofertado à criança e adolescente com autismo nos CAPSIs	Não consta
Lucero, Vivès e Rosi (2021)	Espírito Santo	A função constitutiva da voz e o poder da música no tratamento do autismo	BVS	Trata-se de um artigo em que uma equipe de psicanalistas entrevistaram em um CAPSi falando entre si e com a música para que a criança estabelecesse vínculo mais facilmente e traz também a voz e a música como ferramentas de expressão do imaginário da criança com autismo	Não Consta
Silva e Lima (2020)	São Paulo	O dançarinar como ato ético no acompanhamento de crianças em saúde mental	BVS	É um relato de experiência de um acompanhamento de uma criança com autismo em um CAPSi que foi acompanhada durante anos na unidade em grupos, e retrata as dificuldades e o desenvolvimento que Violeta conseguiu e a importância dos corpos, da corporeidade, no cuidado à criança	Não Consta
Ebert, Lorenzini e Silva (2015)	Rio Grande do Sul	Mães de crianças com transtornos autísticos: percepções e	CAPES Periódicos	Este estudo descritivo e exploratório se deu a partir de dez entrevistas com mães de crianças	Não Consta

		trajetórias		com TEA. Seu objetivo é mostrar o quanto as mães acabam peregrinando entre os serviços da Rede até receber o diagnóstico de seus filhos, mesmo eles demonstrando sinais e sintomas do transtorno. Devido a isso, muitos acabam recebendo diagnóstico tardio e intervenção tardia	
Barbosa, Alencar, Mendes e Souza (2019)	São Paulo	Fonoaudiologia e escuta clínica em equipe de saúde mental: percepção de pais de crianças com transtorno do espectro do autismo	CAPES Periódicos	Trata-se de um estudo descritivo realizado com pais de crianças com autismo na Rede, buscando analisar sobre os efeitos da escuta clínica e como isso se perpetua nos serviços da fonoaudiologia. Neste sentido, ficou concluído que os pais percebem sim os efeitos da escuta ofertada pela equipe, assim como, os tratamentos dado aos filhos. Além disso, evidencia a importância dos pais serem agentes participativos no cuidado, ampliando e melhorando a relação deles com os filhos	Não consta
Bonfim <i>et al.</i> (2023)	São Paulo	Assistência às famílias de crianças com Transtornos do Espectro Autista: percepções da equipe multiprofissional	CAPES Periódicos	Este estudo buscou analisar o cuidado oferecido pela Rede às famílias de crianças com TEA nos três níveis de atenção. Sendo assim, foi evidenciado que tanto no nível primário quanto no terciário, o cuidado é focado somente nos sintomas que a criança apresenta. No nível secundário de atenção, apesar da família ser vista enquanto agente de cuidado, ainda assim, por conta da rotina de trabalho exaustiva, o cuidado não é realizado de forma constante	Não consta

Franzoi, Santos, Backes e Ramos (2016)	Santa Catarina	Intervenção musical como estratégia de cuidado de enfermagem a crianças com transtorno do espectro do autismo em um Centro de Atenção Psicossocial	CAPES Periódicos	Esta pesquisa se trata de um relato de experiência em um CAPSi e tem como objetivo mostrar os efeitos da música enquanto uma tecnologia de cuidado a crianças com autismo, promovendo novas habilidades de brincar e de se comunicar com o outro, já que também estimula a linguagem	Não consta
Lovise, Rossi, Lovisi, Abelha e Gomide (2018)	Rio de Janeiro	Caminhos Virtuais e Autismo: acesso aos serviços de saúde na perspectiva da Análise de Redes Sociais	CAPES Periódicos	Analisaram através das redes sociais o acesso a informações sobre o tratamento de pessoas TEA's no Município do RJ ressaltando a dificuldade de acesso a informações e ao serviço, dando ênfase para que os caminhos virtuais se tornem uma forma de ação governamental e acessível à população	Não Consta

Fonte elaborada pelos autores, 2023.

Entre os 12 artigos selecionados, é possível perceber que, ainda que todos cumpram o critério de inclusão de discorrer sobre o cuidado de pessoas com autismo na Rede de Saúde Mental, somente 03 artigos (ANDRADA, 2017; FELDMAN, 2017; Lima *et al.*, 2017) falaram brevemente sobre o cuidado de pessoas TEA adultas, mais especificamente, a falta de acesso destes ao serviço. Somando-se a isso, outro a mais 01 artigo (DINIZ, 2017) que fala sobre o cuidado no geral, mas não especifica sobre as diferenças no cuidado de pessoas TEA dentro do SUS, restando outros 03 artigos (LUCERO, VIVÈS e ROSI, 2021; SILVA e LIMA, 2020; FRANZOI, *et al.*, 2016;) que falam especificamente sobre o cuidado de crianças e adolescentes TEA na rede, mais especificamente nos CAPSi através da música, do movimento e expressão corporal. Além disso, temos 02 artigos (CABRAL *et al.*, 2017; CABRA *et al.*, 2014) que relatam pesquisas que através de questionários e grupos focais, produziram o perfil psicossocial do público atendido pelos CAPSi e indicadores do cuidado ao mesmo público, e 02 artigos (LOVISE *et al.*, 2018 e EBERT, LORENZINI e SILVA, 2015) que relatam o percurso e a dificuldade das famílias conseguirem o diagnóstico e o cuidado adequado aos filhos na Rede. Constatou-se também que boa parte das pesquisas, 06

das 12, foram efetuadas no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, 03 foram efetuadas em São Paulo, 1 no Espírito Santo, mais 1 em Santa Catarina e mais 1 no Rio Grande do Sul. Ou seja, todas nas regiões sul e sudeste do país.

4. DISCUSSÃO

Conforme os resultados obtidos no presente estudo, pode-se observar um foco na literatura sobre o atendimento aos adultos com autismo na infância e adolescência, descrevendo o CAPSI como o lugar de referência na Rede para o atendimento. A principal atividade realizada ocorre através da separação das crianças por diagnóstico/faixa etária para trabalhar em oficinas. Em contrapartida, há uma escassez de artigos falando sobre o atendimento aos adultos na RAPS, e, quando encontramos, percebe-se um receio da equipe no atendimento aos adultos no CAPS. Além disso, diferente do CAPSI, os usuários realizam as atividades juntos, independentemente da idade ou diagnóstico. Outra abordagem realizada no serviço é o atendimento ambulatorial individual, que pode não ser efetivo para os TEAs adultos (FELDMAN, 2017).

Ademais, existe até mesmo um receio dentro das equipes dos CAPSi para compartilhar o cuidado dos usuários com autismo quando chegam na fase adulta para o CAPS, com receio de que não se adaptem pela diferença de como é ofertado o cuidado. Os pais também não se sentem seguros com essa mudança, pois nos CAPSi os filhos são atendidos geralmente junto com outras pessoas diagnosticadas com TEA. No CAPS adulto, teriam contato com usuários dos mais diferentes diagnósticos e existe a preocupação sobre o impacto que isso poderia causar nos filhos. Ainda decorrente disso, os profissionais acham que pelo CAPSi ter se tornado esse lugar de expertise para o atendimento ao TEA e assumido esse lugar de referência na Rede, os CAPS adulto muitas vezes não se sentem preparados para atender esse público, com todas as suas especificidades e demandam uma necessidade de capacitação das equipes (FELDMAN, 2017).

Outrossim, essa falta de capacitação das equipes nos CAPS pode corroborar com a visão defendida pelos pais de que a RAPS não fornece o cuidado necessário a esse público e por isso a necessidade de centros especializados para atender pessoas com autismo (RIOS e KENNETH, 2019). Todavia, é importante ressaltar que se tem relatos de que o atendimento eficiente de pessoas com autismo na infância e adolescência é contemplado nos CAPSi. Disso decorre que o principal problema é a falta de capacitação nos CAPS, que pode ser preparados

sanado através de ações de formação, educação permanente e apoio matricial das equipes do CAPSi.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou, como resultado, a identificação de poucos estudos e trabalhos desenvolvidos voltados ao atendimento da pessoa adulta com autismo, considerando que a maioria explora intervenções dentro da rede e o acesso a mesma voltado às crianças e adolescentes. Partindo do pressuposto de que o espectro autista é uma condição de vida e que acompanha o indivíduo por toda sua trajetória, o questionamento que a pesquisa realiza é: onde estão os adultos com autismo?

Ademais, explorando diversas plataformas em busca de periódicos, foram encontrados apenas dois artigos que buscam falar sobre o adulto com TEA. Diante disso, se faz necessária a inclusão desse público nas políticas públicas de saúde no Brasil, buscando resolver os seguintes questionamentos: quais caminhos mais adequados para atender a demanda desse indivíduo na rede? Qual seria a intervenção usada ou como auxiliar a família e o próprio usuário que necessita desse suporte?

Vale salientar também que todas as pesquisas tiveram sua origem no sul e no sudeste, sendo que a maioria delas foram desenvolvidas no Rio Janeiro. Nas outras regiões, não localizamos pesquisas que contam com esse serviço ou pode ser um indicativo de que esse público não é atendido na RAPS. Por fim, salienta-se a necessidade de explorar o acompanhamento e desenvolver estudos que abordem o autismo em todas suas fases, não apenas na infanto-juvenil, pois se temos conhecimento de que o TEA é uma forma de configuração do sujeito de ser e existir no mundo durante toda sua vida, logo vemos a importância de fortalecer o cuidado para adultos na Rede de Atenção Psicossocial.

7. REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007. 120 pp. (Temas em Saúde).

ANDRADA, Bárbara Fonseca da Costa Caldeira de. **Sentidos e desafios do autismo para o território: um estudo etnográfico**. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BARBOSA, C. L. *et al.*. Speech-language-hearing therapy and clinical listening in a mental health team: perception of parents of children with autism spectrum disorder. **Revista CEFAC**, v. 22, n. 1, p. e10819, 2020.

Bonfim TA, Giacon-Arruda BCC, Galera SAF, Teston EF, Do Nascimento FGP, Marcheti MA. Assistance to families of children with Autism Spectrum Disorders: Perceptions of the multiprofessional team. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** 2023; Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5694.3780>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

CAMARGO, S. P. H.; RISPOLI, M. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial, [S. l.]**, v. 26, n. 47, p. 639–650, novembro, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6994>. Acesso em: 28 de março de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA RELAÇÕES RACIAIS: **Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os.** Brasília: CFP, 2017.

CUMIM, Jéssica & MÄDER, Bruno Jardini. Espaço que a criança e o adolescente com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista ocupa na rede de atenção psicossocial: revisão integrativa da literatura. **Psicol.rev**, São Paulo, v. 29, n. 02, p. 404-421, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/47426>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

EBERT, M.; LORENZINI, E.; SILVA, E. F. DA. Mothers of children with autistic disorder: perceptions and trajectories. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. 1, p. 49–55, jan. 2015.

ESPÍRITO SANTO, A. **Delineamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 176 p.

FELDMAN, Clara. **Entre a clínica ampliada e a clínica especializada: Um estudo etnográfico sobre os cuidados a autistas na atenção psicossocial.** Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro, p. 193. 2017.

FONSECA, Larissa; MARQUES, Izabela; MATTOS, Mússio; GOMES, Daiane. INFLUÊNCIAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: REVISÃO SISTEMÁTICA. **Rev. baiana saúde pública.** Bahia, v.43, n.02, p. 444-465, abril/junho, 2019. Disponível: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2983/2734>. Acesso: 23 de maio de 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FRANCO, Marina Haase da Costa. Qual é o lugar da criança com diagnóstico de autismo na rede de atenção psicossocial?: Uma "Rapsódia" clínica. **UFRGS: LUME- Repositório digital,** Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168943/001046830.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 de maio de 2023.

FRANZOI, M. A. H. *et al.*. Intervenção musical como estratégia de cuidado de enfermagem a crianças com transtorno do espectro do autismo em um Centro de Atenção Psicossocial. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 25, n. 1, p. e1020015, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LIMA, Rossano. Cabral. *et al.*. Indicadores sobre o cuidado a crianças e adolescentes com autismo na rede de CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 715–739, jul. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000300004>>. Acesso em 04 de maio de 2023.

LUCERO, A.; VIVÈS, J.-M.; ROSI, F. S. A função constitutiva da voz e o poder da música no tratamento do autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 26, p. e48054, 2021.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn e RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2007, v. 12, n. 2 [Acessado 9 Maio 2023], pp. 399-407. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>>. Epub 09 Maio 2007. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>.

NUNES, Cristiane Kenes; KANTORSKI, Luciane Prado e COIMBRA, Valéria Cristina Christello. Interfaces entre serviços e ações da rede de atenção psicossocial às crianças e adolescentes. **Revista Gaúcha de Enfermagem [online]**. 2016, v. 37, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/19831447.2016.03.54858>>. Epub 25 Ago 2016. ISSN 1983-1447. Acesso em 30 de agosto de 2022.

NUNES, F., & ORTEGA, F. (2016). **Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro**: reflexões sobre o “direito ao tratamento”. *Saúde Sociedade*, 25(4), 964-975. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902016163127>>. Acesso em 04 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de *et al.* Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação¹. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**. 2017, v. 27, n. 03 [Acessado 23 Maio 2023] , pp. 707-726. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300017>>.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 67–77, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxxyfF3CXSLwTcprwC/?lang=pt#>>. Acesso em 03 de maio de 2023.

QUEIROZ, Valéria Debortoli de carvalho. Entre o passado e o presente: a atuação do assistente social no campo da saúde mental. **Maxwell, PUC - RIO**, p. 17-41, 9 jul. 2009.

Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15056/15056_3.PDF. Acesso em 9 maio 2023

ROSSI, L. P. *et al.* Caminhos Virtuais e Autismo: acesso aos serviços de saúde na perspectiva da Análise de Redes Sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3319–3326, out. 2018.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, J. A.; LIMA, E. M. F. DE A. O dançarinar como ato ético no acompanhamento de crianças em saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 4, p. 1234–1250, out. 2020.

SOUZA, Renato Santos de; DIESEL, Vivien. Metodologia da Pesquisa. **Repositório Digital da UFSM**, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16157>> Acessos em 09 de maio de 2023.

VASCONCELOS, Isabel *et al.* Concepções de loucura em um traçado histórico-cultural: uma articulação com o Construcionismo. **Mental**, Barbacena, v. 8, n. 14, p. 49-63, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 maio 2023.